

Intoxicação por metanol acende alerta nacional

Especialistas explicam como a substância surge em bebidas

Por Karoline Cavalcante

Com mais de 113 casos suspeitos de intoxicação por bebidas adulteradas por metanol e pelo menos 12 óbitos notificados em seis unidades da Federação, a crise já é considerada uma emergência nacional. A gravidade levou o Ministério da Saúde a montar uma sala de situação, além de reforçar os estoques do Sistema Único de Saúde (SUS) com antídotos e intensificar as ações de vigilância sanitária.

Até o momento, 11 casos foram confirmados e 102 seguem em investigação. As ocorrências se concentram em cinco estados: São Paulo, Pernambuco, Bahia, Paraná e Mato Grosso do Sul — além do Distrito Federal. São Paulo lidera com 101 casos (11 confirmados e 90 sob análise), seguido por Pernambuco, com seis em investigação; Bahia e Distrito Federal, com dois casos cada; e Paraná e Mato Grosso do Sul, com um caso em apuração em cada. O número de pessoas falecidas notificadas chega a 12, sendo uma confirmada em São Paulo e outras 11 ainda em análise: oito em São Paulo, uma em Pernambuco, uma na Bahia e uma no Mato Grosso do Sul.

Crime organizado

Enquanto isso, a Polícia Federal investiga a possível conexão do esquema com o crime organizado, levantando indícios de envolvimento de facções como o Primeiro Comando da Capital (PCC) — embora o governador de São Paulo, Tarcisio de Freitas (Republicanos), negue essa relação. Neste sentido, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, associou,



Sandro Araújo/Agência Saúde-DF

Possibilidade de adulteração é maior em destilados

durante o 2º Fórum Futuro da Tributação, realizado em Lisboa na última sexta-feira (3), a crise sanitária ao avanço das facções criminosas e ao mercado de falsificações, que, segundo ele, “tem provocado mortes em vários lugares do Brasil” transformando “a nossa doce e sapeca caipirinha em um instrumento de morte”.

No centro da questão, está a atuação de fábricas clandestinas, cuja produção ignora completamente os princípios básicos da química de bebidas alcoólicas. O Correio da Manhã ouviu dois especialistas da área para entender como o metanol pode acabar em uma garrafa.

Processos

A analista de laboratório e bacharel em Química Tecnológica Juli Lima, explica que a presença de metanol pode ocorrer naturalmente em alguns processos, mas a forma como isso é tratado na destilação é o

que define o risco final. Ela explica que o composto pode ser gerado quando há presença de pectina na matéria-prima e que, na destilação, que é o processo que separa líquidos pela fervura, esse metanol é separado dos demais compostos por meio do corte correto dos vapores.

Ela afirma que bebidas feitas com cereais, como vodka e uísque, geralmente têm menos risco de formação natural de metanol, pois não são ricas em pectina. Já as bebidas destiladas produzidas a partir de frutas precisam de atenção redobrada, como é o caso do pisco, feito de uva.

A diferença entre processos legais e clandestinos, segundo ela, é determinante. “Em uma indústria ‘oficial’, a chance é zero, porque a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) nem permite o uso de metanol, por ser tóxico. Já em fábricas clandestinas, essa chance pode existir. Não é muito provável, mas pode acontecer

se for utilizado algum solvente ou produto inadequado, como um álcool adulterado, para fazer a limpeza”, explicou.

Alertas

O doutor em química e professor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) Jorge Menezes detalha que o metanol é um álcool de cadeia curta altamente tóxico ao ser humano e que sua presença em bebidas pode ter origens diferentes: desde a formação natural durante a fermentação até práticas criminosas na adulteração do produto. Ele aponta que no caso de produções clandestinas, o metanol pode ser usado diretamente como diluente por falsificadores, como forma de aumento de volume e redução de custo de produção.

O químico destacou que o metanol é tóxico mesmo em pequenas doses. “Estima-se que a ingestão de 10 ml já possa causar sintomas.

Itamaraty tenta liberar deputada e outros brasileiros

Por Karoline Cavalcante

Após a detenção da deputada federal Luizianne Lins (PT-CE) e outros ativistas brasileiros no presídio de Ketzior, em Israel, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) segue atuando para assegurar o respeito aos direitos dos cidadãos brasileiros e, principalmente, sua liberação imediata. Os ativistas faziam parte de uma flotilha — um pequeno grupo de embarcações — que estava levando ajuda humanitária à Faixa de Gaza.

Ao Correio da Manhã, fontes do Itamaraty informaram que uma equipe da embaixada brasileira em Tel Aviv foi deslocada até o presídio. A visita, que durou mais de oito horas, constatou que todos os detidos se encontram em “bom estado de saúde”. Os 13 brasileiros foram examinados separadamente: cinco mulheres e oito homens.

Durante a visita, as autoridades israelenses comunicaram que foi oferecida aos detidos a opção de assinar um documento que, supostamente, facilitaria o processo de retorno ao Brasil. Até o momento, cinco deles já manifestaram disposição para assinar. Aqueles que se recusarem, no entanto, serão submetidos a um processo judicial de deportação.

Tensão

Para a advogada especializada em direito internacional



Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

Deputada está entre os brasileiros detidos em Israel

Hanna Gomes, o cenário é marcado por grande complexidade e tensão diplomática. Ela explica que a proposta de deportação feita por Israel cria um dilema legal e político tanto para os detidos quanto para o Brasil. “Isso porque, quem assinar o documento estaria, na prática, reconhecendo alguma ilegalidade em suas ações ou na sua permanência, facilitando um processo administrativo de deportação e um rápido retorno ao Brasil”, iniciou.

“E quem se recusar, como forma de protesto contra a ilegalidade da prisão em águas internacionais, será submetido a

um processo judicial de deportação em Israel”, afirmou Gomes à reportagem. Ela esclarece que esse processo tende a ser mais demorado e pode envolver disputas sobre a legalidade da detenção e das acusações. Além disso, no caso específico da deputada, suas prerrogativas parlamentares “adicionam uma camada de complexidade política e diplomática ao caso”.

Repúdio

Na quinta-feira (2), deputados brasileiros se reuniram com o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, para discutir a situação da colega e dos

demais detidos. Durante a votação da ampliação do Imposto de Renda (IR) na quarta-feira (1º), o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), já havia solicitado o apoio do Itamaraty.

Após as reuniões, o governo brasileiro condenou, “nos mais fortes termos”, a “interceptação ilegal e a detenção arbitrária dos ativistas por Israel”. A nota oficial ressaltou que a flotilha tinha caráter estritamente humanitário e que a ação das forças israelenses ao interceptá-la constitui uma grave violação do direito internacional, especialmente no que tange ao direito marítimo, conforme estabelecido pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), que assegura a liberdade de navegação. O Brasil também enfatizou as obrigações legais de Israel sob a Convenção de Viena sobre Relações Consulares (1963) e reafirmou sua posição de que Israel deve ser responsabilizado por qualquer ato ilegal ou violento cometido contra os ativistas.

“Operações de caráter estritamente humanitário devem ser autorizadas e facilitadas por todas as partes em conflito, não podendo ser arbitrariamente obstadas ou consideradas ilícitas. O Brasil conclama a comunidade internacional a exigir de Israel a cessação do bloqueio à Gaza, por constituir grave violação ao direito internacional humanitário”, diz o trecho.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Políticos do Centrão reclamam de Eduardo Bolsonaro

Aliados de Bolsonaro querem um freio de arrumação

Integrantes do Centrão querem uma definição rápida sobre benefícios a condenados pela tentativa de golpe: isto, menos por solidariedade a Jair Bolsonaro e mais pela necessidade de arrumarem a casa para 2026.

Para partidos que integram o grupo, é preciso resolver logo o que vai ser feito para que seja possível definir candidatos a presidente e a vice e o pa-

pel da família Bolsonaro no processo.

Em conversas reservadas, muitos se queixam das trapalhadas cometidas nos últimos meses e, principalmente, do radicalismo do deputado Eduardo Bolsonaro e de seu irmão Carlos (vereador no Rio), que não se cansam de comprar briga com aliados — os filhos de Jair rejeitam qualquer saída que não seja a anistia ampla.

Gols contra

Há quem fale na necessidade de a direita parar de fazer gols contra, medidas que, de junho para cá, têm gerado desgastes e contribuído para a recuperação da popularidade do presidente Lula (PT). O problema é o temor de romper com o ex-presidente.

Marco

Para boa parte do Centrão, mesmo com a oposição dos bolsonaristas, a aprovação de uma proposta de redução de penas serviria como um marco. Permitiria a libertação de quase todos os presos pelo 8 de Janeiro e esvaziaria os movimentos da família Bolsonaro.

Andressa Anholete/Agência Senado



Ciro Nogueira pediu bom senso para a direita

Centrão não quer bancar benefício sem apoio do PL

Ao mesmo tempo em que busca uma alternativa, o Centrão não quer ficar com o ônus de bancar o benefício a Bolsonaro e aliados sem o apoio da extrema direita. Nem sabe se teria votos para isso, já que não atua de maneira homogênea — é uma espécie de federação informal de partidos que atuam de acordo

com interesses pontuais. Apesar das divergências, o grupo tem como norte o aviso aos navegantes disparado pelo presidente do PP, senador Ciro Nogueira (PI): é preciso baixar a bola, a falta de bom senso ultrapassou limites. Nogueira é alvo de bolsonaristas, que não aceitam sua vontade de ser candidato a vice-presidente.

Viés de Motta

Presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), que saiu chamuscado nos conflitos, tenta ajeitar sua situação. No X, afirmou que seu trabalho é “despolarizar” o debate e evitar a contaminação ideológica. E que cabe ao Centro “olhar para mundo sem viés”.

Desafio

Depois da aprovação da redução do imposto de renda, Motta investe em outras pautas positivas, como projetos na área de segurança e que aumentam a punição para fraudadores de bebidas. Mas tem pela frente o desafio de pautar a proposta de redução de penas.

Leite

Recuperado pela Câmara no rastro da falsificação de bebidas, o projeto de lei 2307/2007 transforma em hediondo o crime de adulteração de alimentos. Foi apresentado pelo então deputado Otavio Leite após notícias de adição de soda cáustica e de água oxigenada no leite.

Penas altas

Em 2022, ao analisar o projeto e outros que iam na mesma linha, o então deputado Darci de Matos rejeitou a classificação de crime hediondo. Preferiu sugerir mudanças no Código Penal e aumentar a pena para a adulteração. O novo relator será Kiko Celeguim (PT-SP).